



Bruxelas, 9 de fevereiro de 2017
(OR. en)

6122/17

COPEN 36
EUROJUST 21
EJN 10

NOTA

de:	Lars Danielsson, Embaixador, Representação Permanente da Suécia junto da União Europeia
data:	11 de janeiro de 2017
para:	Christine Roger, Diretora-Geral, Conselho da União Europeia
Assunto:	Decisão-Quadro 2002/584/JAI do Conselho, de 13 de junho de 2002, relativa ao mandado de detenção europeu e aos processos de entrega entre os Estados-Membros - Notificação da Suécia

Exma. Senhora Diretora-Geral,

Em nome do Governo sueco, tenho a honra de notificar de que, a partir de 19 de dezembro de 2016, o Ministério Público sueco é a autoridade competente, na aceção do artigo 6.º, n.º 1, da Decisão-Quadro 2002/584/JAI do Conselho, de 13 de junho de 2002, relativa ao mandado de detenção europeu e aos processos de entrega entre os Estados-Membros, nos casos em que a Suécia seja o Estado de emissão.

(Fórmula de cortesia)

(a.) Lars Danielsson

Chancelaria do Governo (*Regeringskansliet*)

Ministério da Justiça
Suécia

9 de janeiro de 2017
Ju2016

Diretora-Geral
Christine Roger
Conselho da União Europeia
Secretariado-Geral
Rue de la Loi/Wetstraat 175
1048 Bruxelles/Brussel

Notificação de uma alteração da legislação nacional no que diz respeito à autoridade judiciária

Tendo em conta o acórdão do Tribunal de Justiça Europeu no processo C-452/16 PPU-Poltorak, a Suécia alterou a sua legislação nacional a respeito da *autoridade judiciária* (artigo 6.º, n.º 1, da Decisão-Quadro 2002/584/JAI do Conselho, de 13 de junho de 2002, relativa ao mandado de detenção europeu e aos processos de entrega entre os Estados-Membros) nos casos em que a Suécia seja o Estado de emissão. Nos termos do artigo 6.º, n.º 3, da decisão-quadro, o Secretariado-Geral do Conselho é notificado do seguinte:

A partir de 19 de dezembro de 2016, o Ministério Público sueco é a autoridade competente, na aceção do artigo 6.º, n.º 1, da Decisão-Quadro 2002/584/JAI do Conselho, de 13 de junho de 2002, relativa ao mandado de detenção europeu e aos processos de entrega entre os Estados-Membros, nos casos em que a Suécia seja o Estado de emissão.

Esta alteração foi introduzida por um decreto que entrou em vigor em 19 de dezembro de 2016. Nos termos do artigo 34.º, n.º 2, da decisão-quadro, os Estados-Membros devem transmitir ao Conselho e à Comissão o texto das disposições. O texto das disposições é transmitido à Comissão através da base de dados MNE (medidas nacionais de execução).

Tel.: 08-405 10 00
Fax: 08-20 27 34
Sítio Web: www.regeringen.se

Endereço postal: 103 33 Stockholm
Rua: Jakobsgatan 24
Endereço
eletrónico: ju.registrator@regeringskansliet.se